



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **5 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 12 de janeiro de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO

Produção industrial cresce em metade das regiões, diz IBGE 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Orçamento terá corte definitivo 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Dilma determina silêncio 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Economia do Rio cresce acima da média do país 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Cortes no Orçamento devem ser definidos após reunião do Copom 8
VEICULAÇÃO NACIONAL



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO Produção industrial cresce em metade das regiões, diz IBGE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

INDÚSTRIA


DO RIO - A **produção** industrial cresceu em 7 dos 14 locais pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de outubro para novembro, considerando o ajuste sazonal. Na média nacional, a indústria apresentou leve queda, de 0,1%.

Na dianteira ficou o Paraná, com expansão de 11,5%. Na sequência vieram **Amazonas** (8,8%), Rio Grande do Sul (8,3%), Rio de Janeiro (5,5%), Pará (5,1%), Santa Catarina (2,3%) e São Paulo (1,4%).

A maior queda foi na Bahia (-8,1%), influenciada pela paralisação em plantas do setor químico, segundo o IBGE.

Já no acumulado no ano, a indústria cresceu em todos os locais investigados. Sob impacto do beneficiamento do minério de ferro, a liderança foi do Espírito Santo (24,9%).

Na comparação com novembro de 2009, a **produção** avançou em 11 das 14 regiões.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Orçamento terá corte definitivo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após reunião com a presidente Dilma Rousseff, o ministro Guido Mantega anunciou que o corte a ser feito no Orçamento será definitivo, e não um contingenciamento. Ele não revelou o valor, que pode chegar a R\$ 40 bilhões.

Mantega anuncia que corte no Orçamento deste ano será definitivo

NOVO GOVERNO

Antes, era feito contingenciamento; valor pode chegar a R\$40 bilhões

Martha Beck e Cristiane Jungblut

BRASÍLIA. Para mostrar que o ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff é para valer, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez questão de afirmar ontem, após audiência com a presidente, que o corte que está sendo preparado no Orçamento da União de 2011 será definitivo. Isso significa que não será um contingenciamento - quando se seguram as despesas no início do ano para liberar posteriormente -, e sim encolha de gastos efetivamente. Os números ainda estão sendo fechados pela equipe econômica, mas o que se discute é que o valor pode variar entre R\$32 bilhões e R\$40 bilhões.

Em 2010, o governo contingenciou R\$29,4 bilhões entre março e maio, mas depois iniciou a liberação de gastos. Geralmente, o aperto inicial é substituído pela frouxidão nas contas se o comportamento da arrecadação é satisfatório.

- A definição da redução de gastos no Orçamento vai demorar uma ou duas semanas porque o Orçamento está vindo para o sistema. O **Ministério** do Planejamento vai trazê-lo hoje (ontem) e vamos começar a trabalhar com cada **Ministério** (os cortes). Então, não é uma coisa fácil. Não tem nenhum número definido. Mas não é para ser revertido. Vai ser uma redução definitiva de gastos até o final do ano - disse Mantega.

O que o governo quer é um ajuste que mostre responsabilidade fiscal e que seja capaz de ajudar no

controle da inflação. Quanto mais o Estado gasta, mais aumenta a demanda na economia, pressiona os preços e dificulta o trabalho do Banco Central de manter o índice de inflação dentro da meta. Em 2010, a inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 5,91%, sendo que o objetivo fixado pelo governo era de 4,5% - com dois pontos percentuais de variação para baixo ou para cima.

Segundo técnicos da área econômica, o Congresso incluiu no Orçamento emendas que chegaram a quase R\$23 bilhões e que serão cortadas. Na verdade, o Orçamento foi aprovado pelo Congresso com R\$25,3 bilhões a mais de despesas.

O problema é que um corte apenas nesse montante não significa uma redução significativa no Orçamento, pois essas emendas normalmente já são inchadas. É preciso fazer um corte na carne. É nesse valor que entra o enxugamento verdadeiro nos gastos públicos e que pode chegar a até mais R\$20 bilhões, segundo os envolvidos na negociação - por esta conta, o corte total chegaria a R\$40 bilhões.

A intenção é cortar, primeiro, as chamadas emendas parlamentares. Ao todo, elas somam R\$20,7 bilhões. As emendas individuais chegam a R\$7,7 bilhões; as de bancada, a R\$9,8 bilhões; e as de comissões temáticas da Câmara e do Senado, a R\$3,2 bilhões.

Geralmente, o governo só paga parte das emendas individuais. Mas agora deve formalizar como corte pelo menos os valores das emendas de bancada e de comissão, o que daria R\$13 bilhões. Se decidir anunciar algum congelamento nos R\$7,7 bilhões das emendas individuais, pode causar uma guerra política no Congresso.

Em 2010, o governo fez dois contingenciamentos no 1º semestre: o 1º de R\$21,8 bilhões e o 2º de R\$7,6 bilhões. Mas ao longo do ano, foram feitas liberações que somaram R\$12,8 bilhões, sem contar com R\$10 bilhões adicionais para créditos extraordinários.

Segundo aliados, a presidente Dilma começou agora a analisar o texto do Orçamento, já que todas as tabelas

só serão entregues até sexta-feira. Diante disso, Dilma terá 15 dias úteis para sancionar o Orçamento.

Além de um corte real, a equipe econômica assumiu publicamente o compromisso de cumprir a meta cheia de superávit primário, que está fixada, pela 1ª vez em valores

nominais: em R\$117,8 bilhões, o equivalente a 3% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Isso significa economizar para o pagamento de juros da dívida pública sem qualquer artifício contábil como, por exemplo, retirar da conta das despesas os investimentos do PAC.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma determina silêncio		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Decisão foi tomada após Lupi discordar de Mantega

BRASÍLIA e SÃO PAULO. A decisão do governo de reajustar o salário mínimo para R\$540 - sem repassar integralmente aos trabalhadores as perdas da inflação de 2010 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) - tem causado um desencontro entre ministros. Enquanto Guido Mantega (Fazenda) afirma que qualquer valor acima do fixado em medida provisória será vetado, Carlos Lupi (Trabalho), Garibaldi Alves (Previdência) e seus partidos, PDT e PMDB, defendem um valor maior. A presidente Dilma Rousseff não gostou das divergências públicas e mandou ontem que seus ministros evitem dar opinião sobre o assunto.

Até a declaração de Mantega, dada semana passada, de que um valor superior a R\$540 seria vetado, desagradou à presidente. Mantega foi longe demais ao ameaçar o Congresso com o veto, segundo a avaliação do Planalto. Apesar do discurso duro de Mantega, nos bastidores, os técnicos da área econômica admitem que o valor terá que ser corrigido. O INPC de 2011, utilizado para aumentar o mínimo de R\$510 para R\$540, foi de 5,88%. No entanto, o índice fechou o ano acima desse patamar: 6,47%. Por esse critério, o salário teria que ficar em R\$543.

Quatro dias depois da MP do mínimo, o governo concedeu o INPC cheio, de 6,47%, para o reajuste dos aposentados que ganham acima do piso previdenciário. Para muitos, esse "descuido" na virada de governo foi um erro político que está custando caro.

- O Mantega está fazendo seu papel de jogar duro. Mas não tem o que discutir. O governo vai ter que corrigir mais - disse um técnico, lembrando que, para facilitar saques em caixas bancários e agradar as

centrais sindicais, o valor poderá ser maior: - Se vai dar um pouco mais ao trabalhador, pode chegar a R\$550.

Como O GLOBO mostrou semana passada, o governo adotava o teto de R\$550 já em setembro, quando começaram as negociações sobre o Orçamento da União para 2011. A ideia política era chegar a esse valor na votação do Orçamento, mas a proposta foi vetada pela equipe da presidente Dilma com o discurso se que era preciso mostrar rigor fiscal.

O técnico do governo lembrou ontem que, embora as centrais não concordem, voltou a ser considerada a hipótese de negociar uma antecipação para este ano dos ganhos do salário mínimo em 2012. Além de incluir o INPC, a fórmula de cálculo do reajuste do mínimo considera o crescimento econômico de dois anos anteriores. O **PIB** de 2009, que seria aplicado agora, foi negativo. Mas em 2012 será aplicado o **PIB** de 2010, que deve fechar em quase 8%.

Há ainda um outro problema: os R\$540 já começaram a valer e como fazer com pagamentos retroativos se o valor mudar?

Ontem, o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, já rejeitou os R\$550, brincando:

- Não aceitamos R\$550, isso não dá nem para beber uma cachaça.

Tradicional defensor dos aposentados, o senador petista Paulo Paim (PT-RS) engrossou o coro:

- Vamos ter de garantir algo maior do que os R\$540. Como R\$580 é impossível, temos que ver se há um meio termo, quem sabe R\$560.

As seis principais centrais sindicais do país vão pedir uma audiência à presidente Dilma esta semana para negociar as três reivindicações que consideram fundamentais para os trabalhadores. Os sindicalistas querem negociar pessoalmente com a presidente,

conforme decisão conjunta das entidades tomada ontem, o novo valor do mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda e o reajuste dos aposentados.

A mobilização de CUT, Força Sindical, UGT, Nova Central, CTB e CGTB inclui uma manifestação na próxima terça-feira em São Paulo, na Avenida Paulista,

e em várias capitais do país. Os trabalhadores não abrem mão do salário mínimo de R\$580 e um reajuste de 80% do valor da remuneração conquistada para os aposentados que ganham acima do mínimo. Eles querem ainda a correção da tabela do Imposto de Renda que cubra os 6,47% da inflação oficial de 2010.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Economia do Rio cresce acima da média do país		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O IBGE informou ontem que a indústria do Estado do Rio cresceu 5,5% em novembro, enquanto na média nacional houve recuo de 0,1%. Esse é mais um indicador da retomada da economia fluminense. No caso do recolhimento de **ICMS**, o crescimento chegou a 18,8% no ano passado, alcançando R\$ 22 bilhões, no quarto maior avanço entre os estados do país e num desempenho acima de São Paulo (14,4%). Embalado pela escolha como sede das Olimpíadas de 2016, por ser uma das capitais da Copa de 2014 e pela redução da violência, o Rio também registra recorde no **mercado** de trabalho. Em um ano, foram criados 200 mil empregos com carteira, que já representam 51% do total. Pesquisa sobre dinamismo econômico mostra ainda que, entre as 150 maiores metrópoles do mundo, o Rio saiu da 100ª posição, no período anterior à crise global (1993-2007), para a décima no posterior (2008-2010).

A volta por cima

Indústria do Rio cresce acima da média nacional, emprego bate recorde e arrecadação avança 18%

Cássia Almeida e Danielle Nogueira

Produção industrial do Estado do Rio cresceu 5,5% em novembro, enquanto na média nacional houve recuo de 0,1% no mesmo mês, informou ontem o IBGE. Esse é apenas mais um sinal da retomada da economia fluminense, que vinha andando atrás do resto do Brasil. Ser escolhida a sede das Olimpíadas de 2016 e uma das capitais brasileiras que receberão a Copa de 2014 colocou o Rio sob o holofote mundial. Junte-se a isso uma redução da violência urbana e uma melhora no ambiente de negócios que, segundo especialistas e empresários, garantem à economia fluminense um desempenho acima da média nacional.

Prova disso é o aumento da arrecadação de impostos. O recolhimento de **ICMS** cresceu 18,8% no ano passado, alcançando R\$22,134 bilhões, no quarto maior avanço entre os estados do país e num desempenho superior ao de São Paulo, onde a arrecadação de **ICMS** cresceu 14,4%.

- Há um trabalho forte de fiscalização. Investimos R\$5 bilhões em 2010, e vamos investir mais para fazer frente aos

compromissos assumidos com a Copa e as Olimpíadas - afirmou o secretário estadual de Fazenda, Renato Villela.

Assim, a economia fluminense vai recuperando o terreno perdido. Segundo levantamento do economista Mauro Osório, da UFRJ, de 2000 a 2009, a **produção** da indústria de transformação (quando se exclui a extrativa-mineral, no caso do Rio, basicamente petróleo) caiu 1,9% no estado, contra uma alta de 17,7% no Brasil. Porém, nos últimos 12 meses, terminados em novembro, o movimento se inverteu. No Brasil, a expansão foi de 11,6% e a indústria de transformação do Rio avançou 12,7%:

- Conseguimos encostar no Brasil. Vínhamos como um ponto fora da curva. Precisamos investir em infraestrutura para permitir o crescimento das pequenas empresas, que não estão se expandindo na mesma proporção.

Maior avanço entre metrópoles globais

O avanço do emprego com carteira assinada no Estado do Rio - cuja economia sempre foi marcada pela informalidade - também ganhou força. Em novembro, foram criadas 31.965 vagas, no melhor resultado desde 1995 e, no ano, já são 200.783 empregos com carteira. Isso mudou a estrutura do **mercado** de trabalho do Rio: em novembro de 2002, 45% dos trabalhadores empregados tinham carteira assinada. Em novembro do ano passado, essa parcela subiu para 51%.

A melhora no **mercado** de trabalho fluminense ficou claro na pesquisa recente Global Metro **Monitor** (publicação da London School of Economics e do Brookings Institution). Segundo o presidente do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), o economista André Urani, na comparação entre o dinamismo econômico (medido por emprego e renda) das 150 maiores metrópoles do mundo no período anterior à crise (1993-2007) com o posterior (2008-2010), o Rio foi a região com o maior avanço: saiu da 100ª posição para a décima.

Para Urani, a pacificação da cidade foi fundamental com a queda no número de homicídios (foram 317 em outubro de 2010 contra 454 dois anos antes), com uma maior parceria entre governos federal, estadual e municipal. "É muito cedo para cantar vitória, mas as perspectivas são boas. A

organização de eventos internacionais, o dinamismo de grandes indústrias siderúrgicas, petroquímicas e navais, a logística, o mercado imobiliário, e até mesmo os serviços financeiros sofisticados deverão proporcionar inúmeras oportunidades aos jovens cariocas que entrarão no mercado de trabalho nos próximos anos, pondo fim a um longo período de estagnação econômica e de imobilidade social", diz Urani em artigo publicado recentemente.

"Calcanhar de Aquiles está na educação"

Mas ele chama a atenção para a questão da educação:

- O principal calcanhar de Aquiles do Rio está na educação.

Um dos setores em que o ritmo de contratações tem sido intenso é o hoteleiro. Cerca de 1.500 empregos diretos devem ser criados este ano com a oferta de mais dois mil quartos na cidade, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio (ABIH-RJ). Com os eventos esportivos, a oferta de quartos deverá atingir 50 mil unidades, consumindo R\$1 bilhão em investimentos até 2016.

O recém-lançado Windsor Atlântica (antigo Méridien), no Leme, é um dos que vem ajudando a ampliar a oferta de emprego. Além dos 280 funcionários, outros 120 estão sendo treinados. E há mais 200 vagas abertas. Após três anos

trabalhando com informática, o recepcionista Jerônimo Pena foi recentemente contratado no hotel:


- Aqui ganho o dobro e voltei a trabalhar com que gosto.

A expectativa de elevadas taxas de ocupação dos hotéis - 95% ante 78% no verão de 2010, segundo a ABIH-RJ - revela o bom momento da economia carioca. Segundo Lopes, empresas do setor naval e de petróleo têm ampliado atuação no Rio de olho no pré-sal:

- Muitas empresas estão trazendo engenheiros e técnicos para o Rio, para projetos como a Transcarioca ou para obras como a do metrô da Barra.

Segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), as missões empresariais de estrangeiros somaram 60, com quase mil participantes em 2010, contra 43 missões com 769 integrantes em 2009:

- A virada começou em 2007, principalmente pelo alinhamento entre as três esferas de governo. Os investimentos públicos saíram do papel. Além, é claro do novo quadro de segurança - diz Luciana de Sá, diretora de Desenvolvimento Econômico da entidade.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Cortes no Orçamento devem ser definidos após reunião do Copom		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Luciana Otoni | De Brasília

O corte de gastos no Orçamento de 2011 não será concluído antes do encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, agendado para terça e quarta-feira da próxima semana. O mais provável é que o contingenciamento de verbas seja definido somente em fevereiro. O ajuste nas contas federais vem sendo apresentado pelo governo da presidente Dilma Rousseff como um suporte fiscal para que a política monetária não fique sobrecarregada na responsabilidade de calibrar a demanda e fazer a inflação convergir para a meta de 4,5%.

Esse plano de redução das despesas será um dos assuntos da primeira reunião ministerial do novo governo, na sexta-feira e na qual os ministros devem apresentar os relatórios preliminares das despesas que podem ser eliminadas.

Até ontem, os procedimentos oficiais do Congresso para envio do Orçamento ao Executivo não haviam sido concluídos. Os **Ministérios** do Planejamento e da Fazenda aguardam que o Orçamento, aprovado em 22 de dezembro, entre no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do **Governo Federal** para que as receitas e as despesas sejam analisadas.

A contar do envio do Orçamento por parte do Legislativo ao Executivo, o **Governo Federal** terá 15 dias úteis para sancioná-lo. Depois disso, passa a contar o prazo de até 30 dias úteis para a publicação do decreto de programação financeira. É nesse decreto que o governo definirá se haverá contingenciamento ou não. A retenção de verbas é certa,

restando à área econômica definir o montante e em quais áreas.

Um fato adicional é que, além do atraso na tramitação do Orçamento, Mantega programa férias para a próxima semana, só devendo retomar esse assunto nos últimos dias do mês.

Ontem, o ministro informou que não há possibilidade de os cortes serem apresentados nas próximas duas semanas. Um dos motivos é que a Fazenda e o Planejamento só começarão a analisar as contas de 2011 ontem. "Começaremos a trabalhar com cada **Ministério**. Isso não é rápido e fácil, teremos que analisar todos os números", disse. Ele afirmou ainda que as reduções de despesas não serão revistas. "Não é para ser revertido. Será uma redução definitiva de gasto até o fim do ano."

Enquanto o Executivo não dispõe de um plano de gastos, o governo optou por uma execução fiscal parcimoniosa, baseada na liberação de um limite de 33% dos duodécimos para movimentação e empenho de despesas por parte dos órgãos federais.